

## Orçamento e Democracia

**Walter Galvão**

*Jornalista e Secretário da Transparência Pública do município de João Pessoa*

Publicado no Jornal Correio da Paraíba, em 5 de Junho de 2005

A administração de Ricardo Coutinho (PSB) na Prefeitura de João Pessoa (PB) enfrenta, entre outros, um desafio especial: tornar o orçamento da Capital do Estado a expressão inquestionável de uma política pública de mobilização popular para a cidadania, transparência e transferência de parcela do poder de decisão – do dirigismo orçamentário executivo para Conselho do Orçamento - pactuada diretamente com a população.

Este pacto, no entanto, não poderia dispensar, mas sim acolher de forma a mais abrangente possível, a contribuição reguladora do Legislativo Municipal ao qual caberá, além de validar por força de estatuto legal esta política pública implícita na LOA – Lei Orçamentária Anual de 2006, assegurar a expansão da legitimidade da lei firmada mediante nova forma de governar.

O principal instrumento inovador proposto pela atual Administração para a elaboração da LOA é o Orçamento Democrático (OD), criado por reforma administrativa aprovada pela Câmara Municipal a 14 de fevereiro deste ano com coordenadoria integrada à Secretaria da Transparência Pública, e que está em pleno curso de realização.

O processo foi iniciado a partir da territorialização da Capital em 14 regiões orçamentárias, levando-se em conta grandezas demográficas, estruturas de renda e estratificações sócio-culturais, onde se cumpre o ciclo de reuniões e assembléias populares desde 4 de abril. Ao término deste ciclo (a segunda fase, assembléias populares, começou a 16 de maio, encerrando-se no próximo dia 17), previsto para o mês de agosto, terá a população indicado onde e em que ações, obras e serviços, ao longo do próximo ano, terá a Prefeitura que aplicar os recursos orçamentários destinados a investimentos.

A política pública resultante da elaboração do Orçamento Municipal para 2006 está em construção pensando-se no que sinaliza o Plano de Governo apresentado pelo então candidato a prefeito do PSB nas eleições do ano passado.

Sinalizações claras quanto a princípios doutrinários específicos, criação de novas ferramentas metodológicas para a instrumentalização eficiente do aparato legal, das quais o ciclo do Orçamento Democrático é um exemplo coerente, e a busca de avanços na prática administrativa.

A inspiração doutrinária é estabelecida a partir da busca de materialização do que cientistas sociais contemporâneos classificam de Estado Pós-Moderno, onde exercita-se um radicalismo democrático que aspira ao Socialismo.

Um Estado de âmbito local em diálogo e tensão crítica com um Terceiro Setor que define simetrias com o Capitalismo informacional. Agenda 21 versus globalização financeira depredando modelos locais. Fórum Econômico Mundial e Fórum Social Mundial. Iraque e Haiti. Corrupção sistêmica e concentração de renda.

Vale neste contexto o que o Pragmatismo americano tem como a tensão bipolar convergente: liberdade e diversidade. O filtro histórico da

esquerda que nos assiste mais próximo é a experiência do PT, emblemática na América Latina, e da qual não se pode repetir os erros – verticalização e centralismo leninista – já denunciados por Rosa Luxemburgo, Maurício Tragtemberg, Rubens Pinto Lyra e Norberto Bobbio.

Uma conjuntura em que o Orçamento Público tem que ser pensado em novos contextos histórico, político, jurídico e econômico.

Quanto ao aspecto histórico, há de se compactar mais de 3 mil anos em que a civilização pratica o orçamento, desde os indicativos dos livros mosaicos, passando pelo Eclesiastes, aos orçamentos das cidades adriáticas no século XIII, no qual em 1215 a Inglaterra publica a Carta Magna regulando a forma de aprovação de novos impostos. Seguindo tempo a fora, vamos até o orçamento dos bancos renascentistas que financiaram os “descobrimientos” e daí até a revolução francesa quando a Assembléia Popular decide sobre impostos, tempos em cujas vizinhanças o Pacto Colonial propunha ao Orçamento de Portugal toda a dinheirama defendida por Tiradentes, executado por renegar o dirigismo do orçamento de Portugal e conquistando o futuro da nossa Constituição de 1891 quando os princípios orçamentários transformaram-se em imperativos de Estado.

Hoje, o contexto político em que pensamos o Orçamento do Município de João Pessoa dialoga com o contexto histórico que pactuou a Constituição de 1988 e que estabelece uma determinada lógica jurídica.

Esta lógica nos propõe dois eixos de reflexividade, de vivência tecno-administrativa e também de fruição da cidadania. Num sentido, a Constituição legitima um modelo de Estado neo-liberal com o aspecto positivo de que o Estado não é uma zona neutra, e sim palco legítimo para o protagonismo das forças que militam para a inclusão social. As concorridas assembléias do Orçamento Democrático evidenciam tal situação.

No segundo aspecto, a lógica jurídica vigente inverte o sentido da motricidade clássica da função planejamento: organização, direcionamento e controle. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000) antecipa a função controle na gestão dos recursos públicos determinando, no parágrafo primeiro do artigo primeiro que seja a responsabilidade fiscal o pressuposto ao planejamento e à transparência.

Há uma nítida prevenção de risco embutida nos direcionamentos da lei que completa cinco anos este ano.

Há o aspecto econômico, revelando um contexto em que o financiamento da ação global de governo assume, resguardado o princípio orçamentário da anualidade, na política pública criada pelo Orçamento Municipal, uma função tática dentro da visão estratégica que o Plano Plurianual, também em fase de elaboração para o período 2006/2009, estabelece, fortalecendo setores mais sensíveis e fragilizados e turbinando as conquistas daqueles setores mais arrojados da vida econômica, social e política.

O Orçamento, então, cumpre a função de responsabilização, gera novos direitos, cria espaços relacionais e processos de convergência, elastece o campo do controle social, estimula o aperfeiçoamento das relações entre Movimentos Sociais, ONGs, OCIPs, Sociedade Civil, Estado Rentista e setor público. O Planejamento Estratégico conquista a pragmática da complexidade. Mas este é assunto para outra oportunidade.